

AS COTAS RACIAIS: UMA MEDIDA INCLUSIVA OU RACISTA?¹

Karine Silva Nunes

Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Geografia
Universidade Federal do Maranhão- UFMA/Campus de Grajaú. E-mail: karinenunes932@gmail.com

Larissa Leila Gomes de Barros

Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Geografia
Universidade Federal do Maranhão- UFMA/Campus de Grajaú. E-mail: larissalgb8@gmail.com

RESUMO

O presente estudo é resultado inicial de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, e tem como objetivo apontar a visão dos estudantes da UFMA – Campus de Grajaú, sobre a Política de Cotas do Ensino Superior, consolidada pela Lei nº 12.711/2012. Para a elaboração deste trabalho foi realizada uma pesquisa com os universitários dos cursos de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas e Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais, através de um questionário de múltipla escolha e opinião. Esta pesquisa fundamenta-se essencialmente nos trabalhos de Alcântara (2015); Campos (2012); Maciel (2009); Calasans (2015) e Silva (2010). Ainda que inicial, o estudo elucidou que os estudantes possuem pouco conhecimento sobre a questão das cotas raciais e a sua importância. Assim, é possível considerar a essencialidade de estudos da temática tendo em vista que desta forma será possível aos futuros docentes perceberem que ações afirmativas como essas são passos primordiais para uma sociedade igualitária.

Palavras-Chave: Política de Cotas. Universidade. Racismo. Diversidade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus de Grajaú, e tem como principal objetivo analisar as opiniões e discursos dos universitários dos cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Licenciatura em Ciências Humanas a fim de compreender como esses futuros professores concebem e lidam com a política de cotas raciais do Ensino Superior nesta universidade.

Conforme Alcântara (2015), antes da implantação da política de cotas raciais, o número universitários negros era de 25% e destes apenas 4% se declaravam pretos. Através disto, evidencia-se que o ingresso e permanência de pessoas negras na universidade eram ínfimos. Ainda que existam estudos que comprovem que a partir do surgimento das políticas de cotas raciais o índice de estudantes negros nas universidades aumentou consideravelmente, há uma grande discussão entre pessoas que são “a favor ou contra” essas políticas nas universidades.

Tendo sido o negro estigmatizado ao longo da história humana, principalmente a partir de teorias biológicas que conferiram “inferioridade” frente à “raça” branca, o papel do negro na sociedade brasileira passou a ser o da servidão, no colonialismo. Entretanto, a estigmatização, a exclusão sócio-econômica e cultural do negro não está associada somente à escravidão do Brasil

¹ Trabalho originado a partir da disciplina Seminário de Conclusão de Curso I, do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

colonial, mas à própria formação do Estado. Conforme Calasans *et al* (2015, p. 03), “não é só a escravidão, mas sim toda uma formação histórica e social que refletiram na exclusão dessa população, nas desigualdades de direitos e papéis sociais”. Dessa forma, a oferta de ensino desigual aos estudantes está dentre as inúmeras implicações.

Como afirma Silva (2010), durante muito tempo o povo brasileiro era visto como um verdadeiro modelo de democracia racial. O racismo era acobertado e reflexos dessa visão ainda são vistos nos dias de hoje, visto que parte da população acredita que vivemos em um país sem preconceito e o que há realmente é “vitimismo”. Somente a partir da década de 1970, através de pesquisas e dados do IBGE, evidenciou-se que as práticas racistas eram muito comuns no país. Foi a partir de então que o movimento de luta dos negros ganhou mais força e visibilidade.

A partir disso, especialmente no século XXI, foram implementadas pelo Estado políticas voltadas para a diversidade, a fim de mitigar a problemática da desigualdade racial do Brasil, como a Lei de nº 11.645/08, que trata obrigatoriedade do ensino de História e Culturas Indígenas na educação básica e a Política de Cotas do Ensino Superior brasileiro com base na Lei Federal n.º 12.711/2012.

A partir de diversas leituras, percebe-se o grande debate, em grande parte polêmico, no que diz respeito às políticas de cotas raciais, visto que há estudantes e profissionais que consideram esta medida como meio de se alcançar a igualdade racial, enquanto outros acreditam que esta medida não passa de discriminação contra os brancos ou com relação às “minorias”. Assim, a pesquisa sobre este tema é essencial para se descobrir qual a concepção dos universitários sobre o assunto e se eles conhecem esta medida.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada através de um questionário contendo perguntas objetivas e subjetivas. Os sujeitos da pesquisa foram estudantes das turmas de 2011 a 2015 dos cursos de Licenciatura em Ciências Humanas e Licenciatura em Ciências Naturais da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Grajaú. Foram convidados a responder todos os alunos que se encontravam com disponibilidade no prédio da Universidade. O questionário foi respondido por 70 alunos no total, sendo 17 alunos de Naturais e 53 alunos de Humanas.

O questionário foi composto por quatro questões, com o objetivo de: contabilizar o número de estudantes amarelos, brancos, indígenas e negros da Universidade; conhecer o nível de conhecimento dos universitários sobre as cotas raciais; compreender as opiniões dos universitários

sobre a implantação desta medida. O trabalho foi analisado quantitativamente e qualitativamente a partir dos questionários e das leituras de obras especializadas na temática, como Alcântara (2015); Campos (2012); Maciel (2009); Calasans (2015) e Silva (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos debates com relação à Política de Cotas no Ensino Superior, há uma grande controvérsia em relação a esta medida, pois para muitas pessoas, incluindo negros e brancos, ela é discriminatória. Um dos principais discursos contra as cotas se pauta basicamente em dois elementos: em primeiro lugar que, em vez de o ingresso de negros através da política de cotas, o fundamental seria a melhoria do Ensino Fundamental e Médio no Brasil, que garantiria uma equiparação de saberes para os alunos que pretendem ingressar em uma universidade; e o segundo é que no Brasil a diferenciação entre os ingressantes em uma universidade e aqueles que não conseguem sucesso, estaria pautada na diferença econômica, ou seja, a entrada em uma universidade pública dependeria exclusivamente do poder aquisitivo do aluno e a economia despendida em sua formação escolar.

No que diz respeito ao questionário aplicado, 42 estudantes das turmas questionadas responderam que se consideram pardos, ao passo que 13 pessoas como pretas. Apenas 01 se declarou como indígena, enquanto 04 pessoas se disseram amarelas. Identificados como brancos foram 10 indivíduos. Nesse sentido, é possível afirmar, com base no quadro 1 e utilizando os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que os estudantes negros são a maioria na universidade, visto que somando pretos e pardos, chega-se a um percentual de 78%.

QUADRO 1: De acordo com os termos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para indicar a questão étnico-racial, qual “cor ou raça” você se identifica?

Opções	Quantidade de estudante (em %)
Amarela	5,71%
Branca	14,29%
Indígena	1,43%
Parda	60%
Preta	18,57%
Não sei responder	0%

Total	100%
-------	------

Qual “cor ou raça” os alunos da UFMA se identificaram.

Fonte: BARROS, L. L. G; NUNES, K. S.

Na pesquisa elaborada, percebe-se que a maioria dos estudantes, isto é, 47 alunos mostraram-se “a favor” das cotas raciais (**QUADRO 2**). Considerando que esta medida é uma forma inclusiva e essencial para se conseguir uma igualdade racial, Campos (2012) nos ajuda a perceber que negros, índios e os brancos ainda vivem em condições desiguais, tanto no que se refere a renda, quanto em acesso à educação e demais serviços sociais. Desta forma, as cotas constituem a maneira mais ágil de correção, pois possui uma maior oportunidade do ingresso do negro e do índio no ensino superior. As ações afirmativas são indispensáveis para que haja uma igualdade entre raças, pois se sabemos que há um acesso ao Ensino Fundamental e Médio igualitário entre as raças, conseqüentemente eles não terão menos oportunidade de acesso ao Ensino Superior e as ações afirmativas garantem uma condição igualitária, para que tanto brancos como negros e indígenas tenham igual oportunidade de formação superior.

QUADRO 2: Você concorda com a política de cotas raciais para estudantes negros e índios entrarem na universidade?	
Opções	Quantidade de estudante (em %)
Sim	67,14%
Não	18,57%
Somente para negros	0%
Somente para índios	4,29%
Não sei responder	10%
Total	100%

Os alunos são a favor das cotas raciais para indígenas e negros?

Fonte: BARROS, L. L. G; NUNES, K. S.

Como elucida o quadro, 13 alunos, que correspondem a 18,57% dos questionados se disseram “contra” a política de cotas raciais e afirmam que esta medida é discriminatória e uma maneira de inferiorizar os negros, pois afirmam que os negros e índios são vistos como menos capacitados que os brancos. Utilizando a análise de Alcântara (2015) acreditamos que as políticas de cotas raciais é uma “discriminação positiva”, já que é uma forma de reparar um prejuízo histórico, mas ainda persistente, que é a ausência de negros e dos índios nas universidades públicas.

Dos que responderam os questionários, 17 alunos (ou 10% dos entrevistados) não quiseram ou não souberam responder, o que nos chamou bastante atenção, porque os universitários mais recentes questionados estão há mais de um ano na universidade, e mesmo assim não conseguiram justificar suas opiniões a respeito da implantação das cotas, ainda que sejam debatidas por alguns professores e alunos questões de igualdade e diversidade.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) adotou a política de cotas em 2006 e em 2007 contou com o número de “7 indígenas, 55 deficientes, 930 negros, 3948 oriundos de escolas públicas e 12730 na categoria universal” (MACIEL, 2009, p. 95). Ainda de acordo com esta autora, no ano de 2002, 75,1% da população do Maranhão era negra. No entanto, mesmo que na UFMA 42,8% dos estudantes eram negros e 47% brancos, percebe-se que a quantidade de negros na instituição é muito pequena se compararmos com a população. Isso é reflexo da pouca acessibilidade de negros na instituição antes da implantação das cotas na universidade.

Através do questionário, foi constatado que apenas 7 universitários (ou 10%) ingressaram na universidade através das cotas (**QUADRO 3**), o que nos chamou bastante a atenção, pois há uma grande quantidade que se declararam negros e ainda assim, 90% (63 alunos) optou por não utilizar as cotas.

QUADRO 3: Você ingressou na universidade através de cotas raciais?	
Opções	Quantidade de estudante (em %)
Sim	10%
Não	90%
Total	100%

Ingresso dos estudantes do Campus de Grajaú a partir das cotas raciais

Fonte: BARROS, L. L. G; NUNES, K. S.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado, percebemos que ainda há uma grande falta de informação e conhecimento por parte dos acadêmicos no que tange às cotas raciais, visto que, mesmo diante da grande aceitação das ações afirmativas, a maioria dos estudantes demonstrou pouco conhecimento sobre as mesmas e não conseguiram justificar suas opiniões ou afirmando pouco conhecimento sobre a temática. Pensamos que faltam mais discussões sobre as cotas e sobre questões étnico-raciais na instituição. Acrescentamos ainda que, um fator bastante intrigante foi o pequeno percentual de universitários que ingressaram pelas cotas raciais, pois diante da grande quantidade de alunos negros (78%), apenas 10% afirmaram ter utilizado-as. Estes números podem ser justificados

tanto falta de conhecimento sobre a política, quanto pelo constrangimento por parte de alguns acadêmicos em se afirmarem enquanto cotistas.

Os universitários que discordaram das cotas afirmam que esta política causa ainda mais desigualdades raciais, argumentando que nesse caso há uma inferiorização da “raça” branca. No entanto, esta medida é reparatória e visa principalmente à igualdade racial, tendo em vista que os negros e indígenas ainda sofrem consequências de um processo histórico que inferioriza estas raças. Nesse sentido, é um desafio à universidade desenvolver novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro. Entretanto, são esses os passos primordiais para a conquista de uma sociedade que busque ser verdadeiramente igualitária.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana. Colonialidade e Licenciatura: formação de professores como um campo de problematização das relações étnico-raciais. In: ENCONTRO COMEMORATIVO DOS 30 ANOS DO NEAB/UFMA; IV ENCONTRO NACIONAL DO CONNEABS; II JORNADA INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, nº 4; 2, 2015. São Luís. **Anais...** São Luís: NEAB/UFMA, 2015.

CALASANS, Bruna Santos. *et al.* Democracia racial e a estigmatização do negro na mídia e na sociedade brasileira. In: XVII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE – NATAL – RN, nº 17, 2015, Natal. **Anais...** Natal: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto. “We have a dream”: cientistas sociais e controvérsia sobre cotas raciais na imprensa. **Revista de Sociologia e Política**, nº 41. Curitiba, 2012, p. 53-73.

MACIEL, Regimeire Oliveira. **Ações Afirmativas e Universidades: uma discussão do sistema de cotas da UFMA**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. Ações afirmativas: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades. **Revista Pol. Pública**. São Luís, v.14, n.1, p. 67-76, jan./jun. 2010.